

H
27

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MAIORCA

ATA Nº20

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e quatro pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, ao abrigo do ponto 1, do art.º 23 do Regimento da Assembleia de Freguesia de Maiorca, reuniu no salão nobre da Junta de Freguesia, em Sessão Ordinária, a Assembleia de Freguesia de Maiorca. -----

Presentes os seguintes Deputados: Partido Socialista (PS), António Simões de Jesus, Dina Paula Dias Cação Nascimento, José António de Oliveira Santos, Paula Cristina de Almeida Costa e Filipe Manuel Fadigas Rodrigues; Formação Figueira a Primeira (FAP), César Manuel Nogueira Madaleno Galocha, Carlos José Fernandes Costa e Sónia Carina Santos Oliveira; Partido Social Democrata (PSD) Guida Maria Silva Freitas. -----

Após verificação de quórum, o Sr. Presidente, António Simões de Jesus, deu início à sessão. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Saudou os presentes, agradecendo a presença dos cidadãos, dos membros da Assembleia e dos membros do Executivo. Enumerou e descreveu os pontos constantes do Edital. -----

Dando por certo que os Srs. Deputados já teriam sido informados pelos serviços administrativos da Junta, o Sr. Presidente informou da necessidade de acrescentar dois pontos à Ordem de Trabalhos, com documentos enviados pelo Município, os quais surgiram em cima da hora e que precisam de ser introduzidos e votados nesta Assembleia. Os documentos são as Adendas aos contratos inter-administrativos de delegação de competências entre a Câmara e a Junta para a Escola EB e o Jardim de Infância. O ponto 4 passará a ter as alíneas a, b e c. Questionados os Srs. Deputados se autorizam a introdução destes pontos na Ordem de Trabalhos, foi autorizado por unanimidade. -----

A- Período antes da ordem do dia. -----

1. Aprovação das Atas anteriores nºs 16, 17, 18 e 19. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Colocou as Atas a discussão. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Não quer discutir as Atas, mas algo que está associado às mesmas.

- **Sr. Presidente da AF:** As Atas são para aprovar ou para desaprovar. Algumas, os pontos já foram aprovados em minuta, contudo requerem uma ratificação da Assembleia. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Remete o assunto para o Ponto 3. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Colocadas as Atas a votação. -----

Ata 16, aprovada por maioria, com a abstenção da Sra. Deputada FAP Sónia Carina Santos Oliveira, por estar ausente na mesma. -----

Ata 17, aprovada por unanimidade. -----

Ata 18, aprovada por maioria, com a abstenção da Sra. Deputada FAP Sónia Carina Santos Oliveira e da Sra. Deputada PS, Dina Paula Dias Cação Nascimento por estarem ausentes na mesma. -----

Ata 19, aprovada por maioria, com a abstenção da Sra. Deputada FAP Sónia Carina Santos Oliveira e da Sra. Deputada PS, Dina Paula Dias Cação Nascimento por estarem ausentes na mesma. -----

2. Leitura do expediente. -----



Handwritten initials/signature in the top right corner.

- **Sr. Presidente da AF:** Recebeu convite para estar presente nos seguintes eventos: Festimaiorca; Festival e Comemoração do 61º aniversário do Rancho Folclórico de Maiorca, organização da União Filarmónica Maiorquense; Passeio de tratores, organizado conjuntamente pela Junta e pela empresa Trevos e Castelos; Festas da Srª da Piedade em Anta e ainda o 4º Capítulo da Confraria do Arroz Doce de Maiorca. Neste evento, esteve representado pela Srª Deputada e 2ª Secretária deste Assembleia, Dina Nascimento, por impossibilidade pessoal. -----

3. Assuntos gerais de interesse da Freguesia. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Disponibilizou a palavra aos Srs. Deputados que quisessem intervir. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra à Sra. Deputada Paula Costa. -----

- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** Iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes. Questiona o Executivo e pede esclarecimento relativamente ao passeio que está a ser executado na Estrada Nacional na zona do Cemitério e sobre a eventual passeadeira para peões. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Perguntou ao Sr. Presidente da Junta se respondia questão a questão ou no final de todas as questões. O Sr. Presidente da Junta disse que responderia no final de todas as questões colocadas neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra ao Sr. Deputado César Galocha. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes. Em relação às Atas, “esqueci de avisar que ainda não aprovámos nem desaprovámos”. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Foram todas aprovadas, com as abstenções das Sras. Deputadas que não estiveram presentes nas respetivas sessões. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Relativamente a estas Atas queríamos-nos abster. Não me apercebi, começou a falar do expediente. Então quem é que se manifestou sobre a aprovação ou não das Atas? Fiquei sem saber. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Tenho pena, mas foi aprovado. Até lhe perguntei se queria colocar alguma questão. O Sr. disse que tinha outros assuntos para tratar mais à frente. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Então ficou tudo aprovado, com as abstenções das ausentes. Então as duas abstenções que queríamos manifestar, não tive oportunidade de as manifestar. Não ouvi a sua “ ”. É irrelevante. -----

Em relação às Atas, lanço a proposta para que as reuniões da Assembleia de Freguesia sejam gravadas, para que as Atas não tenham narrativas em terceira pessoa e sejam transcritas *ipsis verbis* daquilo que se diz e não daquilo que enfim. Esse é o meu desafio, no sentido de haver uma reflexão conjunta para que as sessões sejam gravadas para uma transcrição. Posteriormente serão destruídas ou outra guardadas. Auxiliará quem tem as funções de secretarias as reuniões. Vejo mais narrativas resumidas e algum discurso direto, ficando eu e outras pessoas com dúvidas do que foi falado. -----

Analisámos o mapa de risco de fogos. Tem a ver com os últimos episódios de incêndios em Portugal. Manifestamos a nossa solidariedade para com as vítimas a nível nacional. Olhando para o mapa de risco na Figueira da Foz, Maiorca tem uma mancha imensa de risco muito alto. Maiorca está com destaque e associados aos episódios tristes que temos assistido, questiono o Sr. Presidente da Junta, se vale a pena perder algum tempo a analisar e a elaborar um plano de risco de incêndio para a Freguesia. Ouvi algumas pessoas a falar sobre isto, sei que a GNR tem desenvolvido um trabalho profícuo, com visitas regulares. Algumas pessoas reclamam e a GNR desloca-se de imediato para verificação das situações de menos limpeza e cuidado. Não é pela lei que a GNR poderá atuar, mas sabe-se que em Maiorca há ocupação indevida de aceiros. Era importante que se fizesse uma análise ponderada sobre essas situações. Se houver um incidente, poderão haver vítimas. Não sei se o Sr. Presidente de Junta estava ciente desta situação de risco muito elevado. -----

Peço a colaboração e a solidariedade da CVP de Maiorca, já que Maiorca é vítima da gestão caótica do Município, relativamente às acessibilidades até à Figueira da Foz. Daqui até à Figueira, encontramos lombas em muita quantidade. O transporte individual, é um salto contínuo. Da última vez que fui numa



ambulância do INEM, fartei-me de saltar até ao Hospital. Lançava o repto ao Sr. Presidente de Junta para que desse início a um processo junto das Estradas de Portugal e do Município, para haver um acesso direto à A14. Já foi falado anteriormente, mas é importante voltar à questão. Até para a CVP que tem o serviço do INEM disponível, ter um acesso mais rápido à A14 para aceder ao Hospital. -----

Relativamente ao Palácio Conselheiro Branco, toda a gente tem, de forma melosa, elogiado as iniciativas do Sr. Presidente da Câmara; mas não aceito que a claraboia que foi retirada do edifício há quatro ou cinco anos, ao fim de três anos de mandato, seja descoberta nas oficinas da Câmara Municipal. Não sei quanto mais tempo se estará mais à espera para que se seja reposta ou faça uma intervenção que proteja o edifício. Neste momento a claraboia do Palácio, está rota. Já choveu, vai chover e o edifício vai continuar a arruinar-se, a degradar-se. Depois só haverá uma solução, que é vender ao desbarato. Enquanto é tempo, é importante o Executivo da Junta solicitar uma intervenção rápida no Palácio. O edifício é propriedade da Câmara, mas acho que nós devemos pugnar por uma intervenção rápida. -----

Relativamente ao Património, fruto das circunstâncias de termos vindo a falar de vários edifícios, estive a ler o Plano Estratégico da Reabilitação Urbana de Maiorca, que está no site da Câmara e se chama PERU. É um PERU muito engraçado. Há muito vocabulário, muita informação, mas deve ter sido considerado paleio de chacha. Sem valor, ninguém liga àquilo. Deve ter sido inspiração de alguns técnicos da Câmara. Ficou bonito, metem numa moldura, mas ninguém liga àquilo. Descobri lá que, em Maiorca, existem 84 casas devolutas ou abandonadas. Perguntei aos serviços de fiscalização da Câmara, os quais me disseram que é muito difícil identificar os proprietários. Peço ao Executivo da Junta que inicie um trabalho, importante, que vem ao encontro do espírito de reabilitação urbana, no sentido de ter esse património identificado. Será mais fácil um serviço de proximidade descobrir os proprietários e o histórico do edifício. Esse património que, eventualmente, não tenha herdeiros, tenha uma posse administrativa por parte da Junta. Não é despiciente falar nessa matéria. O edifício está abandonado, não se sabe de quem é e a Junta, antes da Câmara, fazer uma posse administrativa afim de poder reabilitar e reorganizar a zona em que se insere. Estamos a falar de 84 edifícios. Achei um número exagerado. Vamos confiar nos técnicos, temos de confiar e assim confiar no documento publicado. Podiam ser 84 famílias, 84 casas recuperadas. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Saudou todos os presentes. As Assembleias servem para se explicar, esclarecer e acima de tudo, ouvir. -----

Passeio. A Junta assumiu a construção do passeio entre a Padaria Amizade e o Cemitério. Ainda não está concluído, falta cimentar a vala. O passeio, de acordo com a lei tem 1,20m de largura, para facilitar a movimentação de uma cadeira de rodas. Não sendo esta construção da competência da Junta, a sua necessidade entrou na nossa programação de obras. Todos os materiais de construção foram cedidos pela Câmara, sendo a mão de obra da responsabilidade da Junta. -----

Passadeira. Prevê-se a sinalização de uma passadeira. Já existe uma desnivelada. -----

- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** Estava a falar de uma passadeira junto aos sinais. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** já foi pedida à Câmara, vou voltar a insistir. -----

- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** Relembrar o desnível entre o alcatrão e o empedrado. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Incêndios. Toda a área mencionada é da responsabilidade da Proteção Civil. A Junta além de interlocutor entre os cidadãos e a Proteção Civil, informa as áreas mais problemáticas. De acordo com a informação passada hoje na Assembleia Municipal, à data tivemos a feliz sorte de não ter incêndios de maior gravidade. O Sr. Presidente da Câmara disse que tudo tem sido feito para evitar que isso aconteça. Relativamente aos aceiros ou acessos florestais, a Lei é explícita quando diz que são os proprietários confinantes, a tratar da limpeza e manutenção dos mesmos. A responsabilidade da Junta é assinalar os espaços em causa. Quando os cidadãos informam que não concebem aceder, dizemos-lhes que informem o Município. A Junta não tem meios, não tem recursos nem responsabilidades. No máximo, tentamos contactar os proprietários confinantes e informar da necessidade da limpeza. A

Ay
\$2

Proteção Civil tem funcionado bem no Concelho. Tivemos dois incêndios estranhos na zona das Biscainhas que foram imediatamente apagados. -----

Acessibilidades. A Delegação de Competências, não nos permite intervir no excesso de lombas daqui até à Figueira. É um tema controverso que já foi debatido noutras Assembleias. No mandato anterior informei do número de lombas, do nosso ponto de vista, exagerado. São lombas muito curtas que podem danificar os veículos. O acesso à A14, já falei nisso anteriormente em Assembleia Municipal. O Sr. Deputado falou nisso, voltarei a intervir junto do Executivo Municipal. Se vai ser feito ou não... -----

Palácio Conselheiro Lopes Branco. Edifício municipal. Indecisão quanto ao futuro. A claraboia, curiosamente é um dos pontos que o Sr. Presidente tem referido em Assembleias Municipais. Não entende por que é que a claraboia não está no sítio. Claro que o plástico que lá está não é satisfatório. Ainda assim, é o Município que tem que tomar as devidas medidas de proteção. A Junta não pode intervir diretamente, mas vai uma vez mais alertar. Enviarei todas as solicitações ao Sr. Presidente, à Vereação competente e enviarei para conhecimento a todos os Sr. Deputados. -----

Casas devolutas. Nunca contei. Há uma imensidão de prédios que se não estão abandonados, parecem. Muitos não terão capacidade financeira para requalificar. Felizmente com o processo BUPI, há cada vez mais cidadãos a inscrever e legalizar as suas propriedades. Sempre que os técnicos se deslocam a Maiorca, tem havido muita afluência. O Sr. Presidente de Câmara até tem trabalhado bem sobre este assunto da habitação. Temos a noção que o papel da Junta, em termos de património, pode existir, mas poderia ser solicitado aos vizinhos que ajudassem a identificar. Não se sabe se existe algum projeto dos privados para os mesmos. Sempre que alguém vai à Junta e alerta para alguma situação, a Junta toma nota, regista, tenta identificar e informa o Município. Não temos fiscais, não podemos passar multas, não temos capacidade, nem responsabilidade nem competência para atribuir o fator devoluto ou abandonado.

Tem de partir do cidadão que se julgue prejudicado, inseguro, ou outro e achar que o edifício não tem condições, informar. Fazermos a identificação direta, pode ferir suscetibilidades, o dono pode ter projetos para a casa, dos quais a Junta não tem conhecimento. Como exemplo, a muito custo, conseguimos perceber quem era o dono do antigo Grémio. Escrevemos ao proprietário, escrevemos mails para o Município. Este notificou o proprietário para cortar as silvas. Possivelmente nunca o fizeram. Estamos disponíveis para atender às reclamações, mas o que é da nossa competência, fazemos, o que não é informamos o Município. Outro exemplo, na Rua da Esperança em que as silvas se expandiam para o exterior, informámos o Município. Este, informou que iria identificar o proprietário. Outro exemplo. Na Rua do Cotovelo, no mandato anterior notificámos o proprietário que vive no Porto. Veio à Junta, assinou um termo de responsabilidade, onde se comprometia a assumir qualquer responsabilidade sobre a eventual queda do edifício. Informámos o Município e até hoje não foi feito rigorosamente nada. Não conseguimos voltar a contactar o proprietário, eventualmente já terá falecido. Já cá trouxe a Proteção Civil, Vereadores, o Presidente da Câmara e perceberam o risco do que lá está. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Sr. Presidente, relativamente ao edifício que mencionou, antiga cooperativa, quando fui Presidente da Junta, andei a pesquisar. Provavelmente, o edifício não tem dono. Era propriedade do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Maiorca, o qual foi extinto por volta de 1930. Não sei em que termos, mas passou para a posse do Grémio da Lavoura. Este, com o 25 de abril, foi extinto. Passou a haver Cooperativas, passando o edifício para a sua posse. Se têm ou não documentação legal para se constituírem proprietários, não sei. Na Conservatória, encontra-se registado no Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. Não foi vendido e lá continua a criar silvas. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Relativamente ao prédio do Grémio, não sei se este episódio foi de iniciativa da Junta recente, ou a alguns anos. Há três meses os serviços da Câmara, foram alertados por mim relativamente a este edifício. Este edifício, não é só um edifício, é um espaço onde estão depositados materiais tóxicos, cancerígenos e penso que material explosivo, já que tem amónio ensacado. Documentei, inclusive com fotografias. Questionei a Câmara para saber se tinha feito diligências para saber quem era o proprietário. A Câmara não sabe quem é. A Junta informou a Câmara de quem é o proprietário? Perante esta inépcia da Câmara e da Junta, quem serão os responsáveis se acontecer algo. Neste momento existe um incidente ambiental, sendo necessário reforçar isso junto das autoridades,



17
18

estando a Junta capacitada para isso. Com a chuva, aqueles materiais desfazem-se e escorrem pela valeta até à linha de água. Provavelmente muitos dos que estão a comer arroz produzido na zona, estará contaminado por aqueles produtos ali há décadas. Devemos deixar de nos refugiar em pequenas questões administrativas e exigir que as autoridades atuem, nomeadamente a Proteção Civil. Se a população circundante corre sérios riscos de saúde pública e de segurança, não sei o que falta fazer. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Só os técnicos é que têm autoridade para se pronunciarem e opinarem sobre a questão. -----

Vamos passar ao período da Ordem do dia. -----

B- Período da ordem do dia. -----

4. Discussão, votação e aprovação da 1ª alteração orçamental modificativa ao orçamento. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Já alertei o Sr. Presidente para que a documentação que nos é fornecida, com letra que fosse visível, para poder ser bem analisada. Com esta letra miudinha, não diz nada. No próximo orçamento, que se apresente com letra visível, para podermos analisar e comparar os números e assim nos podermos pronunciar e votar. -----

- **Com a introdução dos novos pontos, autorizados no início da Assembleia, este ponto passa a designar-se ponto 4.a)** -----

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Esta primeira alteração modificativa, prende-se com a venda da Casa da Praça. Tínhamos uma previsão do valor da venda do edifício ao IHRU no valor de 254.500,00€. Com as novas condições o valor passa para 184.500,00€. Tivemos que retificar, retirar e substituir alguns investimentos, de forma a acomodar os menos 60.000,00€ de receita prevista com a venda do edifício. Tivemos que readaptar o orçamento à nova situação. Se o não fizermos, a taxa de incumprimento orçamental ir-se-ia verificar. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra ao Sr. Deputado FAP, Carlos Costa. -----

- **Sr. Deputado FAP, Carlos Costa:** Saudou todos os presentes. Se podem explicar algumas situações em que têm um valor previsto e depois foi anulado e há sempre uma diferença de 1.000,00€. Pelo menos quatro vezes. Por exemplo, intervenção no Largo da Feira Velha, 10.000, passa a 9.000, diferença de 1.000€. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Uma coisa é a previsão de uma determinada obra, com um determinado investimento; outra coisa é se a receita prevista não ocorrer, tem que se fazer uma redução. Na maioria das vezes, obriga praticamente à anulação da obra. Como exemplo, iríamos criar um espaço para a venda do arroz doce, como consta no plano, com investimento previsto de 29.600,00€. Com a redução da receita, deixámos só com o valor de 1.000,00€. Assim a rubrica não é anulada e continua a existir. Se à posteriori houver possibilidade, voltaremos novamente a incluir o valor inicial. Como temos uma diminuição da receita, tivemos que fazer uma diminuição da despesa. A rubrica mantém-se aberta, contudo, não se executa a obra por não haver capacidade financeira. No próximo orçamento, se não houver capacidade financeira, a rubrica desaparece. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra ao Sr. Deputado FAP César Galocha. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Neste negócio da Casa da Praça, a previsão ficou em 184.500€. Sei que o IHRU é uma empresa pública. A Junta alguma vez, (apesar de eu ter alguns interesses imobiliários, não estando sediados aqui e não tendo qualquer interesse da minha parte), tomou a iniciativa de pôr a Casa da Praça, uma vez que é incapaz de fazer a conservação, no mercado normal, privado? A Junta de Freguesia aceita este valor de forma fácil? Tomou alguma iniciativa de fazer uma avaliação externa, incluindo o edifício, o logradouro e onde estão os escuteiros? Será o valor correto? Poder-se-á vender melhor? Está a fazer uma boa opção vendendo ao IHRU, tão barato? Não tenho interesses imobiliários nisto, mas... -----

- **Sr. Presidente da Junta:** As pessoas que acompanharam as Assembleias extraordinária, têm mais informação, o que é ótimo. O IHRU é uma instituição criada para aproveitar os financiamentos



proporcionados pelo PRR. Estes financiamentos são específicos. Neste caso, há um que se adequa à recuperação da Casa da Praça. Normalmente o IHRU só compra edifícios para reabilitar, não constrói. O que temos é a reabilitação dum edifício e a construção de mais dois no logradouro. A avaliação tem em conta aquilo que o IHRU pode dar. Não consultámos especialistas externos. Em regra, o Estado não compra edifícios de Estado. O prédio já é do Estado. O que houve, foi uma boa vontade do Instituto em disponibilizar-se a adquirir o edifício que já era do Estado. Desde o início deste processo, o Executivo entende que a melhor forma de beneficiar a Freguesia, é conseguir o máximo de habitação possível. A recuperação do edifício e a construção no logradouro, trará 17 novas habitações. Não seria fácil arranjar um construtor ou promotor particular com estas intenções. Estamos a agir de uma forma mais tranquila, assumo que não nos demos ao trabalho de procurar uma entidade privada. O que nós queremos é construção para disponibilizar habitação de rendimento acessível. Não temos habitação social. Se num casal, os dois não tiverem o valor do ordenado mínimo nacional cada um, não conseguirão arrendar. Se viverem de pensões sociais, não conseguirão. As regras são explícitas e exigentes. O tempo que seria necessário para consultar o privado, fazer uma auditoria que teria que ser paga, faria, de imediato, que o projeto se tornasse incompatível. Há data, deram-nos um prazo máximo limite, até fim de novembro para fazer a escritura. Colocar o prédio no mercado, sem a Junta ter capacidade de manter o prédio com a segurança necessária, não conseguiríamos fazer apartamentos. Não temos capacidade financeira para transformar o prédio em rigorosamente nada. Não o conseguimos manter, quanto mais transformar. Não conseguimos aceder a apoios comunitários diretamente. 99,9 por cento das Juntas, não conseguem obter apoios comunitários para nada na área da construção. Há exceções, segundo li, só há um caso de uma Junta que conseguiu obter fundos para construção, que foi a Junta de Benfica. Não há mais nenhuma que de forma autónoma tenha conseguido aceder a fundos europeus para fins de habitação de arrendamento acessível. Relativamente à sua questão, se acho que o prédio vale 300? se eu tivesse dinheiro, até o comprava por 500. Gosto do edifício, da área envolvente, não me importava de viver ali. Até à data, não houve aproximação de nenhum particular, como não houve para o Paço ou para o Palácio. Em tempos, o Carlos da farmácia de santana, ponderou comprar o Palácio e transformá-lo num lar da terceira idade. Entretanto comprou uma farmácia na figueira. Deixar passar uma oportunidade destas, já passou um ano e seis meses desde que começámos a falar sobre isto. Podíamos ter eventualmente encontrado um particular, não sabíamos era qual seria o futuro do edifício. -----

O antigo grémio é dum senhor da Póvoa do Varzim, a Laticoop informou-nos do proprietário, contactámo-lo, será para requalificação. O mesmo proprietário comprou a casa da Maria Paula e até à data não fez rigorosamente nada. Informámos o Município de que tínhamos encontrado o proprietário. Foi a Junta, não foi mais ninguém. Até podia ter proposto a venda da casa a um particular, imaginemos que seria um como este da Póvoa do Varzim e o deixaria como está. Qual seria o benefício para a Freguesia? Não consigo entender. O Executivo quis encontrar uma entidade credível, onde confiámos plenamente na avaliação que nos foi dada. Como alguns saberão, tínhamos um projeto de transformação do edifício em Junta de Freguesia, com um valor de 600.000€. Pergunto eu, Sr. Deputado, se de alguma forma tinha conhecimentos para, e já há um ano e meio que falamos neste assunto, já nos deveria ter dito. Se calhar existe alguém, tenho contatos e o Executivo poderia ponderar outra situação. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Eu não disse isso. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Não. Acabou de dizer que tem contatos dentro do setor imobiliário. Todos ouviram. Peço desculpa. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Disse que não tinha interesses. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Disse que não tinha interesses, mas disse que conhecia quem de alguma forma poderia ter interesse. Nós que não tivemos contatos, rigorosamente de ninguém, fomos atras do que será a solução mais eficaz para a Freguesia. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Eu não disse isso. Possivelmente já disse coisas demais. Disse que não tinha interesses, só, ponto. Já sei que a Junta não tomou iniciativa de fazer uma avaliação externa. Qualquer gabinete de arquitetura faz isso por uma bagatela. Há uma peça essencial, que não compreendo. Fez publicitação do interesse em vender o edifício, uma vez que estava interessado na venda. Publicitar



a venda. Falou que só a Junta de Benfica conseguiu financiamento para fins habitacionais, mas há milhares delas para outras finalidades. Isto está relacionado com um assunto que é o de haver prioridades. Prioridades para as Juntas na sua atuação. O que tenho transmitido é que nós com 84 edifícios devolutos, provavelmente a prioridade não é a habitação. É provável que a habitação a ser feita, vai ficar às moscas. Provavelmente há outra prioridade. A prioridade está Hípsis verbis sublinhada em destaque no Plano Estratégico de Reabilitação Urbana de Maiorca, que é reabilitar o existente, ponto. Finalidade do centro histórico de Maiorca, turismo. É pena é as pessoas não lerem o documento referencial do que se pretende para Maiorca ao longo de décadas e diversos executivos. Os executivos sentam-se na cadeira do poder, mas, não leem os documentos existentes, que são referenciais da ação executiva. Andam todos a tentar a sorte de que algum investidor resolva os assuntos. Foi o que aconteceu com a Casa da Praça. Vem o IHRU, oferece uma bagatela à Junta e despacha ali dois milhões. Se se tornar um elefante branco para a Vila de Maiorca, alguém resolverá o assunto. Nós encantados com isto da habitação como se fosse uma prioridade, Toda a gente sabe que não é uma prioridade e não está nos referenciais da Junta a habitação como prioridade. A reabilitação do existente. O turismo. Hoje é o dia dedicado ao turismo, todas as Câmaras andaram com a bandeirinha do turismo, que é uma mais valia para o território. Pergunto muitas vezes e já tive investidores a virem aqui, de fato com os meus interesses imobiliários quero desenrascar algumas coisas e perguntarem-me assim, “as pessoas veem a Maiorca e depois fazem o quê? Vão a Fátima, vão à Universidade a Coimbra? Fazem o quê em Maiorca?” -----

- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** É um monólogo. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Conclua Sr. Deputado. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Veem aqui fazer o quê? Se de facto não qualquer preocupação em dar condições ao visitante, às pessoas que moram aqui, em terem ruas decentes, a Vila organizada, ter espaços comerciais, ter biblioteca, áreas de lazer, jardins para crianças, nada disto. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Estamos a fugir ao tema a tratar. Estamos a falar da Revisão Orçamental. O Sr. está a falar em temas, que apesar de importantes, não têm nada a ver com o ponto em discussão. O caso da habitação é uma das prioridades para Maiorca. Foram “n” jovens da Freguesia, nascidos e criados aqui, obrigados a ir para outras freguesias, porque não puderam cá construir. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Ah. Não puderam cá construir. António, você levantou aqui a questão essencial que é; não é construindo em massa no centro histórico de Maiorca, que se vai resolver o problema, esta é uma falsa oportunidade, é sim lutarmos pela alteração do PDM, que dificulta a construção, a jovens que até têm terrenos e que não podem construir. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Isso é outro assunto. Sr. Presidente, tem algo a acrescentar? Não. Sra. Deputada Paula, tem algo a acrescentar? -----

- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** O que quero dizer é que o que está a ser votado é o ponto e não a questão da habitação que está a ser falada à volta da Casa da Praça e do edificado de 84 habitações que não são da Junta. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Colocado o ponto 4.a) a votação. -----

Aprovado por maioria, com um voto contra do Sr. Deputado FAP César Galocha e uma abstenção do Sr. Deputado FAP Carlos Costa. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Passamos ao ponto seguinte. Sendo os dois pontos do mesmo teor, poderão ser explicados e votados em simultâneo. -----

4.b) – Adenda aos contrato inter-administrativo de delegação de competências entre a Câmara e a Junta para a Escola EB de Maiorca. -----

4.c) – Adenda aos contrato inter-administrativo de delegação de competências entre a Câmara e a Junta para o Jardim de Infância. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Estes assuntos têm a ver com o fornecimento de refeições escolares. Tem que ser assinado até ao final do mês. Faço questão de referir que nós somos das poucas freguesias com

A
J

confeção própria de refeições para o Jardim de Infância e o Primeiro Ciclo. O Município obriga-nos a criar um contrato inter-administrativo de delegação de competências. O valor cobrado pela refeição é maioritariamente suportado pelos pais, independentemente do escalão, mas o Município atribui uma verba específica. A Freguesia precisa de aprovar estes programas a fim de poder continuar a proporcionar refeições confeccionadas na cantina. Se forem chumbados, teríamos que abdicar dos funcionários e fornecer refeições adquiridas a uma empresa. Houve um aumento reduzidíssimo, mas houve, da verba suportada pelo Estado, encaminhada pela Câmara. O que estamos a votar é a aprovação da continuidade da confeção das refeições por funcionários da Junta. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Ponto 4.b). Questões? -----

- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** Tenho uma questão relacionada com o valor máximo de 4,64€ para o Primeiro Ciclo A e B, e o Jardim acresce os 57 cêntimos do lanche. Os valores dos Ases e os escalões respetivos também são nesta realidade, porque há meninos com escalão A e B, certo? Ou seja, são os valores máximos para quem não tem escalão, certo? -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Sim. Isto vem do Estado. Os valores são o que todas as Escolas do País vão aplicar, exceto os privados. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Colocado o ponto 4.b) a votação. -----

Aprovado por unanimidade. -----

Colocado o ponto 4.c) a votação. -----

Aprovado por unanimidade. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Passamos ao ponto seguinte. -----

5. Informação do Presidente da Junta sobre a atividade do executivo. -----

Suponho que todos os Membros receberam a informação por escrito. Sr. Presidente quer acrescentar alguma coisa? Ou aguarda por perguntas? Alguém tem questões? -----

- **Sr. Presidente da Junta:** O único esclarecimento que posso fazer é ler em voz alta o documento que foi distribuído aos Srs. Deputados. Este documento constará em anexo à Ata desta Assembleia. O Sr. Presidente iniciou a leitura do documento, o qual irá constar em anexo à Ata. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Após a leitura do documento, o Sr. Presidente da Assembleia perguntou se havia questões a esclarecer. Deu a palavra à Sra. Deputada PSD Guida Freitas. -----

- **Sra. Deputada PSD, Guida Freitas.** Em relação às obras da nova Junta, pergunto se já tiveram acesso ao projeto, alguns desenhos, alguns croquis por parte do Município. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** O projeto foi desenhado pelo Município. Esteticamente, o exterior não sofrerá alterações. -----

- **Sra. Deputada PSD, Guida Freitas.** Os acessos, como serão? -----

- **Sr. Presidente da Junta:** O acesso planeado pelo gabinete de arquitetura municipal, vai ser uma das entradas existentes. A entrada mais próxima do Paço, consideraram como sendo a entrada principal. ---

- **Sra. Deputada PSD, Guida Freitas.** Vai ser uma entrada direta para a estrada. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Não sabemos se vão haver passeios ou não. Esse reparo já foi feito. -----

- **Sra. Deputada PSD, Guida Freitas.** Podiam fazer uma entrada recuada. Há pessoas que antes da porta estar aberta, vão estar à chuva. Vão estar carros a passar. Pessoas com dificuldades de movimentação, vão ter problemas em parar à frente da porta de entrada para saírem do carro. Não podemos estar a desculpar com os maus exemplos. Há um problema, temos que o corrigir. Se vamos mudar, temos de melhorar. Nesta questão, deveria haver um resguardo e a facilidade de acesso a cadeiras de rodas de pessoas com limitações físicas. Temos que lutar por aquilo que deve ser feito. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Tem que estar previsto porque a Lei assim o obriga. Nem faria sentido o Município requalificar contra o que são as regras estabelecidas de segurança e acessibilidade. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra ao Sr. Deputado César Galocha. -----



Ar
Sg

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Não vai ser monólogo, vão ser questões. São 300 mil euros mais iva, do erário público. Alguém vai pagar isto. Qual a vantagem para Maiorca de uma nova Junta. Qual a vantagem de um edifício novo para a Junta de Freguesia. É esta a prioridade para Maiorca? A habitação é prioritária, mas a Junta vem em primeiro. Uma nova Junta de Freguesia (monólogo) por 300 mil euros, dava para comprar 1.000 caixotes do lixo para ter a Vila limpa, não ter beatas no chão. Estamos a assistir a um fetiche. É um gozo ter uma nova Junta por 300 mil euros, quando há imensas coisas para fazer em Maiorca. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Sei que tenho e sei que a maioria dos presentes tem, que é termos um orgulho tremendo em ser de Maiorca. Das ruas limpas, não ter buracos. Temos orgulho neste espaço, que está hoje como está, porque este executivo o requalificou. Este prédio estava uma desgraça, mas fizemos um esforço para lhe dar a maior dignidade possível. Pegando nas palavras do Sr. Deputado, já algum dia foi a Braga visitar alguma sede de Junta de Freguesia? Quando puder, vá. Irá ver a diferença entre esta sede e a de uma Junta de Braga. -----

- **Sr. Presidente da AF:** De facto Maiorca precisa de uma Sede condigna. No Concelho penso que não existe uma como a de Maiorca. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Aflige-me um pouco nos tempos modernos, empresas com milhares de empregados, têm gabinetes virtuais. Cada dia, mais a administração pública é existencialista. Com os computadores tem-se acesso a todas as funções, nem se vai ao balcão do banco, etc., etc. Ainda estamos no século dezanove, a disputar juntas? Braga tem muitas e boas juntas, também tem uma densidade populacional que não se compara. Se calhar tem serviços que esta Junta nunca terá. Vamos dar voz às pessoas. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra à Sra. Deputada PSD Guida Freitas. -----

- **Sra. Deputada PSD, Guida Freitas.** O Município colocou no ATL e Jardim de Infância um portão automático. Para além desse, devia ser colocado um portão mais pequeno. Nos dias em que há mais vento, o portão abana muito. Veremos se não vai correr mal em dias de temporal. Para entrar uma criança e um adulto, não havia necessidade de um portão tão grande. Havendo investimento, colocavam um portão pequeno e esse sim, automático. Arranjar o chão para evitar as poças de água na entrada. Desde o ano passado não foi nada corrigido. Sei que a culpa não é do Sr. Presidente, mas sim reforçar novamente. Vem aí o Inverno. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** O portão estipulou-se em conjunto com a Educadora de Infância. Está entreaberto no período entre as sete e meia e as nove e meia. A partir das nove e meia deve estar fechado, sendo aberto somente em casos excecionais. Tínhamos a noção da pertinência de um portão mais pequeno, mas temos o que o Município entendeu fazer. Não conseguimos intervir em nada. Não faz sentido vir agora reclamar que não queremos isto, mas sim, um portão novo. Temos uma solução aceitável. Relativamente ao piso, a Junta propôs uma solução, mas que o Município não concorda. Pela Junta arrancavam-se os passeios, colocava-se uma árvore para proporcionar alguma sombra e alisávamos o piso. O Município é contra. Eles acham que os canteiros devem ter terra porque é muito giro. Os pais podem fazer um abaixo assinado fazendo uma sugestão, que pode ou não ser acolhida pelo Município. A nós, não nos deixam alterar. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Passamos ao ponto seguinte. -----

6. Período destinado à intervenção do público. -----

As pessoas podem-se inscrever para intervir. Quero, contudo, chamar a atenção para a seguinte situação. O Regimento diz no seu Art. 38 ponto 5, que cada interveniente só poderá intervir uma vez na sessão da Assembleia e não ultrapassar os cinco minutos. -----

Deu a palavra à Sra. Professora Isabel. -----

H
27

- **Professora Isabel:** Cumprimentou os presentes. A decisão de avançar para a construção de uma nova Junta, partiu desta Assembleia? Foi uma decisão de quem? Depois de me responderem, se é que alguém me vai responder, gostaria de continuar a intervir. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Posso responder, antes de passar a palavra ao Sr. Presidente. É uma situação que se arrasta há pelo menos trinta anos. -----

- **Professora Isabel:** Foi uma decisão que passou por esta Assembleia? -----

- **Sr. Presidente da AF:** Não necessita de passar pela Assembleia. Foi uma decisão do Executivo e da Câmara Municipal e do Ministério da Administração Interna. -----

- **Sr^a Professora Isabel:** O Sr. Presidente sabe que já conversei com ele sobre esta questão e aproveito agora para a manifestar publicamente e que ela fique registada. E de acordo com o Sr. César Galocha, também me questiono, havendo tantas prioridades e necessidades na minha Freguesia, se vai avançar com esta despesa na construção dum novo edifício, quando este foi restaurado e pelo que julgo saber, cumpre perfeitamente as necessidades. As prioridades que gostaria de ver no Executivo, era a de olhar para a minha rua, onde não me sinto segura a transitar, porque não há espaço para os peões. É uma rua que dá acesso ao Campo Desportivo, à Feira e à Piscina. Por diversas vezes já me senti em perigo. Há pessoas que só passam ali de carro, porque têm medo de passar com crianças a pé. Podia falar de muitas outras ruas. Há ruas no Centro Histórico que estão completamente degradadas. A Rua da Caridade é um dos exemplos. Podia elencar mais uma dúzia de prioridades a colocar à frente de uma nova Junta. Nunca se dá um passo maior que a perna. Se a Junta tem instalações que cumprem os objetivos para a qual foi restaurada, questiono porque é que essa verba, não podiam, por exemplo, ser empregues a fazer um passeio na Rua Uriel Salvador. As pessoas das Cruzes, das Serras, têm que atravessar a Freguesia porque não se atrevem a transitar naquilo que já não é uma Estrada Nacional, é uma rua. O acesso entre a Cruz Vermelha e o largo da feira, não tem os peões possam caminhar. Fico espantada com o elencar de uma prioridade que está resolvida nos tempos próximos, que parece uma obsessão do Executivo que é ter instalações novas. Relativamente ao centro histórico, não pude estar presente nas Assembleias. Toda a vida vivi em Maiorca, sou de Maiorca e gosto muito de Maiorca. Questiono qual a alternativa, para as pessoas que não concordam com o projeto, apresentam para substituir o projeto conjunto da Junta e da Câmara. É centro histórico, compreendo que não se queira um edifício que arquitetonicamente desenquadre o presente. Depreendo que a fachada continuará intacta, depreendo que nas traseiras não irá criar impacto visual e vejo muitas vantagens em trazer pessoas. Quando disseram que em Maiorca haviam 84 casas degradadas e desabitadas, compreendo que, como liberais que são, sabem que essas casas são de particulares. Sendo particulares, será difícil conseguir-se intervir nas mesmas. Quando dizem que os arrendamentos não são necessários, posso dar o testemunho de que há pessoas à procura de casa e não as têm. Também me questiono por que motivo acham que essas casas não serão arrendadas. Mesmo que venham pessoas de fora e arrendarem esses apartamentos, será sempre uma mais valia para Maiorca. Precisamos de pessoas em Maiorca, que movimentem o comércio, que tragam alunos para as escolas. E mesmo que venha alguém de etnia diferente; vivi em Maiorca em tempos em que havia pessoas de etnia cigana, respeitadoras e respeitadas. Não percebo por que se levantam vozes sobre quem virá para ali viver. Quando se pensa em turismo e o Sr. Carlos Costa, e muito bem, tem sido um elemento muito positivo, ao conseguir recuperar casas degradadas. Consegui trazer estrangeiros, mas temos que pensar que só cá estarão alguns meses por ano. Temos noção que essas casas foram recuperadas, e bem, mas deixaram de ter lá dentro as chaminés, as bancas antigas, os quartos interiores, mas mantiveram as fachadas. Ninguém que passa ali acha que o trabalho foi mal feito porque se interveio no interior. Tornou as casas mais cómodas, mais agradáveis, de acordo com o que se pretende hoje numa habitação. Ninguém pode dizer que alterou o aspeto exterior das casas, descaracterizando-as. Temos que lhe estar agradecidos. Esperamos que o projeto que nos foi apresentado para a Casa da Praça, mantenha a traça original, bonita que todos lhe reconhecemos, mas no interior possa ter condições de habitabilidade que não tem. Sendo um projeto Nacional, tem que dar bons resultados. Quando se fala em rendas e se assusta as pessoas, posso testemunhar pessoalmente de que não é verdade, que as rendas em Maiorca se limitem a atingir 250 euros. Há rendas superiores. Pessoalmente, usufruí de uma renda superior a esse valor e conheço muitos outros casos. Sabemos que há um limite para o valor que pode ser estabelecido. Não me

A
29

parece que esse papão possa ser apontado. Se é um bom projeto, esperamos que seja para beneficiar Maiorca. Quem está contra, devia, à partida, apresentar uma alternativa. Não havendo, questiono qual o motivo porque é que se tenta impedir que em Maiorca se traga gente para viver, que traga crianças para as escolas, que não deixem que o nosso Centro de Saúde fique sem utentes. Gostava que me dissessem de uma forma mais esclarecedora porque é que esse projeto vai contra aquilo que é o centro histórico. Estou aberta, e todos os presentes, a ouvir por parte de quem está contra o projeto, alternativas viáveis. Sabemos que há muitos jovens que foram viver para outras localidades, porque não havia casas em Maiorca para arrendar. Conheço pessoas que querem uma casa para arrendar e não a encontram. Também conheço casas que estão arrendadas, os proprietários querem vender e não conseguem, porque quem lá vive não sai por não ter para onde ir. As duas coisas que tinha para abordar, penso que me fiz entender. Se houver alguém que me queira elucidar, fico satisfeita. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra ao Sr. José Carvão. -----

- **Sr. José Carvão:** Cumprimentou os presentes. Em relação à novela que temos tido sobre a Casa da Praça, é um excelente projeto para Maiorca. Temos que conciliar turismo com habitação, porque Maiorca não é só para quem nos visita, é para quem cá vive os trezentos e sessenta e cinco dias. Concordo plenamente com o que a Sra. Professora Isabel disse, precisamos de crianças nas escolas, com utentes no centro de saúde. Muitos comentam, “ai fechou o posto médico”, ou a delegação da caixa de crédito agrícola está a meio tempo. Acontece porque temos menos gente. Quem conhece o mundo associativo, e muita gente não conhece e também não frequenta, não sabe a dificuldade que há em ter dirigentes. Os ranchos, a banda, outras atividades que já tivemos. É preciso conhecer. O mundo associativo é muito importante em Maiorca e tem que continuar, não são só nichos. Não se pode ter determinadas políticas abdicando de determinadas pessoas. Maiorca é hospitaleira, como diz o hino. Queremos cá gente, não é andarem com políticas de extrema direita, estão enganados. Temos cá indianos, plenamente integrados na sociedade. Dão-se bem com toda a gente. Brevemente vão reconstituir as famílias, trazendo mais crianças para a escola. Os maiorquenses não são surdos nem são cegos. Na hora, vão saber premiar ou castigar quem está a fazer esta maldade a Maiorca. Querem que Maiorca seja para meia dúzia de elites. Maiorca é uma terra do Povo. Não me interrompam, o regimento é para cumprir. Falando em regimento, quero deixar bem claro que, em qualquer Assembleia de Freguesia extraordinária, mesmo a Municipal, não há intervenção do público. É de Lei. E porque só numa terceira Assembleia o público poderia intervir e nas outras não? É um bocado estranho. Já faço parte disto há muito tempo, já vi muitas extraordinárias, tanto na Câmara, com aqui e o Povo nunca teve intervenção numa Assembleia Extraordinária. Hoje, todos podem falar, e bem. É bom ver cá gente. Só espero que venham noutras Assembleias e para outros assuntos. Obrigado. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra à Sr^a Brigitte: -----

- **Sr^a Brigitte:** Cumprimentou os presentes. Queria focar a situação dos moradores do centro histórico de Maiorca. Acho que é o ponto que ninguém chegou a falar. O fato das ruas do centro estarem muito estreitas. Quem cá vive, sabe que no dia-a-dia é muito complicado ao sair da porta e sair com os próprios carros. Quando cá vim há uns quarenta anos atrás, com o piso antigo não havia problemas de estacionamento em frente à casa. Hoje, isso é impossível. Cheguei à conclusão que, eu meto o meu carro num beco e encontro sempre o início do beco entupido, não se consegue encontrar o condutor do carro para o retirar. Gostava de levantar o assunto aqui dos moradores do centro histórico acerca da situação dos estacionamentos. Em geral, é exigido pela Lei, segundo sei, que quem faz apartamentos num determinado sítio tem que ter provisão de estacionamento. Em Maiorca não temos centro de saúde, não temos grande mobilidade, não temos transporte público nem para a direita nem para a esquerda, fosse o que fosse. Se de facto estão com intenção de meter novos apartamentos, falando de novas famílias, serão para aí mais uns doze carros, que irão procurar estacionamento, que por Lei quem faz tem que fazer estacionamentos. Ponho à consideração o que a Junta está de facto a fazer aos moradores de Maiorca, para continuarmos a ter acesso às nossas casas. Já é muito bom terem mudado o minimercado, já que provocava muitas dificuldades no trânsito. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Deu a palavra ao Sr. Deputado FAP, Carlos Costa. -----

A
J

-Sr. Deputado Carlos Costa: Cumprimentou os presentes. (Dirigindo-se à Sr^a Professora Isabel). Agradeço as suas palavras em relação à recuperação das casas. O trabalho de seis anos, foram vinte e oito casas recuperadas. Do interior, quando são ruínas, fazemos a recuperação para o melhor um investimento que seja moderno. A fachada é respeitada, as cores são respeitadas. Lamento que quem habita essas casas não esteja aqui de forma permanente. Vêm alguns dias. Digo-lhes que não é um bom investimento comprarem agora para venderem daqui a dez anos, pois há muita humidade em Maiorca e elas acabam por ficar danificadas. Quem vem para fazer especulação imobiliária não é bom. É bom para quem vem no verão, mas era bom alugarem as casas. Mas, eu não sou o dono das casas, faço o meu melhor. Relativamente à Casa da Praça, eu não conheço o projeto. Interessa-me saber o que se vai fazer. Com dezasseis fogos, claro que é preciso estacionamento. Há problemas, as pessoas têm dois carros e o estacionamento é efetivamente um problema. Vai ser menos um espaço verde, mas também não está a ser aproveitado. Confio no que se vai fazer, mas gostaria de saber qual é o projeto, temos o direito de saber, porque isto não é dum particular, é público. Não sou contra, só fui contra o acabar com a pastelaria, isso sim, o resto, não. Sou filho de emigrantes, o meu pai era de Maiorca, foi trabalhar para França, não posso dizer mal das pessoas que possam vir para Maiorca. Também fui emigrante, lá chamavam-me de português, a galinha não punha ovos, era culpa do português. Aqueles anos finais de setenta, ainda não havia muitos portugueses em França. Hoje somos respeitados por sermos trabalhadores, adaptamo-nos tal como os indianos. O mundo hoje em dia é aberto. Faço o meu possível para ter mais pessoas em Maiorca, com as condições que tenho e com as pessoas que acreditam em mim. As pessoas que investiram em Maiorca e que já são vinte e oito casas, se amanhã nasce um projeto que não se enquadra no centro histórico de Maiorca, o que vou dizer às pessoas que investiram e acreditaram na minha palavra, de que Maiorca ia ser restaurada, ia ficar bonita. O meu pai sempre que vinha cá comigo, dizia “filho, Maiorca é a minha terra, nasci aqui, adoro Maiorca, mas, há muita coisa por fazer, mas não sei por onde começar.” Dizia-lhe, vamos para Lisboa, em vez de estares a pensar nisso. Nunca pensei em vir viver aqui. Trouxe o meu pai, faleceu aqui, era o sonho dele e a partir daí iniciei essa atividade de recuperar Maiorca. -----

- Sr. Presidente da AF: Excepcionalmente, deu a palavra à Sr^a Professora Isabel. -----

- Sr^a Professora Isabel: Acredito piamente que o edifício da Casa da Praça vai ficar virado para a praça, tal qual como está. -----

- Sr. Presidente da AF: Deu a palavra à Sr^a Maria Celeste Batista. -----

- Sr^a Maria Celeste Batista: Acho que o edifício novo, para a Junta de Maiorca, deve ter a aprovação de toda a população de Maiorca. Não temos uma Junta condigna, para que uma pessoa com dificuldades venha à Junta. Os funcionários devem ter alguma dignidade para atenderem as pessoas que cá vêm. O espaço é exíguo. A Junta precisa de um salão para fazer as suas reuniões e poder receber as pessoas que vêm de fora, o que neste momento não tem. Temos este espaço e não temos mais nada. Havendo a possibilidade de fazer uma nova Junta com acessibilidades e espaço para as pessoas trabalharem, deve ser aproveitada e todos devemos estar de acordo. O dinheiro se não for para a Junta, não vai para mais lado nenhum. Tenham a certeza do que vos digo. Se não for aproveitado o investimento no edifício e não fizer uma Junta nova, Maiorca não vai ter investimento nenhum. Acho muito bem, Sr. Presidente, que aproveite o edifício, em vez de estar na maneira que está. Quanto às acessibilidades, arranjarão maneira de as pessoas terem acesso, por hoje em dia não se faz um edifício público sem acessos condignos. Não conheço o projeto, nunca o vi, mas sei de antemão que têm que ter condições de acessibilidade condigna. Não é bom presidente para Maiorca, se não aproveitar esta possibilidade. Não venham com estórias, porque precisamos de uma Junta. Somos uma das mais fraquinhas, com instalações exíguas. -----

- Sr. Presidente da AF: Deu a palavra ao Sr. Deputado FAP, César Galocha. -----

- Sr. Deputado FAP, César Galocha: Vou pegar nas palavras da D^a Celeste, que acabou o seu discurso dizendo “que ele aceite”. Quer dizer que houve uma proposta de alguém para uma Junta, que não a Junta e o Sr. Presidente, aceitou, ótimo, tá dito. Alguém pensou “aqueles gajos, aqueles indivíduos estão a precisar duma Junta e o Presidente da Junta aceitou”. É isso que você quer dizer. -----

H
→

- **Sr^a Maria Celeste Batista:** Não sei se ele aceitou ou se lhe foi proposto ou se ele pediu. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Já estou esclarecido. Sobre o assunto que a Professora Isabel abordou, sou solidário consigo relativamente à iniciativa do Carlos Costa, meu companheiro de bancada. Tem sido um esforço não reconhecido por alguns maiorquenses. É o franciú que vende quase tudo aí e isso é uma coisa que magoa. A pessoa tem feito o possível por reabilitar as casas, no entanto há muita gente, o que é típico da Figueira da Foz, falar de quem tem sucesso de vida, falar mal, criticar. Vou dizer o que penso da Casa da Praça. Primeiro, não precisamos cá de muitas pessoas por causa do centro de saúde, porque o PS, os executivos do PS, é que obrigaram as listas dos doentes daqui a irem para as Alhadas. Isso foi tudo discutido nos gabinetes. (Ouviram-se alguém do público dizer, isso é mentira, está a mentir). Está documentado em documentos do próprio Município. A decisão de construir o Centro de Saúde nas Alhadas, foi acompanhado com uma decisão conjunta de Maiorca de levar o pessoal todo para lá. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Isso não é verdade. Desculpe Sr. César, mas isso não é verdade. Não vale a pena estar a dizer isso, porque não é verdade e o executivo até era do PSD. Desconhece completamente a situação. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Trago o documento onde isso está escrito. É um documento do Município que diz isto. O Centro de Saúde das Alhadas foi recetivo e com gosto, que o pessoal de Maiorca mudou. Houve algumas pessoas renitentes, com quem falei, que se recusaram e alguns até foram para lá refilar. Outros calaram-se, mudaram-se para a Figueira e para outros sítios. A situação foi esta. Hoje, o argumento é simples, não há pessoas aqui. As pessoas de Maiorca vão às Alhadas e pedem a correção para Maiorca. Qual é o problema? Fazem número, fazem massa crítica. Agora, não é casas para encher o Centro de Saúde. -----

A Casa da Praça. O Sr. Presidente falou aqui de Braga, que tinham Juntas. Vou ler um artigo de jornal que fala sobre o Município de Arganil que disse assim ao IHRU: “não queremos cá trinta e quatro apartamentos”. São trinta milhões de investimento. Não são dois, são trinta. A misericórdia negou-se a aceitar esse projeto em Arganil. Tinha as suas razões. O Município de Arganil, está a tentar encontrar solução alternativa. Aquilo que se está a passar em Maiorca é: tem um centro histórico, tem uma casa em degradação há décadas por incompetência, e de quem? do senhorio, que todos sabem quem é. Agora vem o IHRU, é pá a gente faz isto, vai ficar a Casa da Praça bonita, mas vamos lá atrás e temos um bloco com apartamentos numa zona que tem um PERU de Lei, cujo objetivo não é esse, mas sim reabilitar o existente. Aquele espaço que está ali, segundo o SIG da Câmara, é um espaço verde, assim como por detrás do Concelheiro Branco e que agora o Município por força do IHRU, por esse objetivo, tacanho, vai construir apartamentos, habitação coletiva no centro histórico de Maiorca. Isto é duma pacovice. Mais, não cumpre a Lei e vai contra todos os propósitos que estão consignados. Mais, vai ter uma densidade populacional, se isso fosse concretizado. Não é só estacionamento, ainda há outro problema que nunca foi assumido verdadeiramente pela Junta, que é o acesso e as acessibilidades àquele espaço. Na última reunião, (virando-se diretamente para o 1º Secretário disse “espero que escreva isso bem”) o Sr. Presidente Junta disse assim Hípsis verbis “Cuidado, que o espaço que é estacionamento público, nem tudo é público”. Ainda não sei o que é que isso quer dizer. Nem tudo é público? Significa que parte é privado? e foi ocupado? E está em usufruto? Há aqui marosca? Há aqui algum processo indemnizatório futuro, por usufruto de um espaço privado sem autorização? Como é que se vai reorganizar em relação ao edificado ao lado? O incrível desta situação, é que nos obrigam a votar e a dizer ámen, sem sabermos nada. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Aqui, ninguém é obrigado a votar. A pessoa vota conforme a sua consciência dita. Pode votar contra, pode se abster, ou pode votar a favor. Agora ninguém obriga aqui ninguém a votar. O Sr. não pode dizer isso. -----

Já ultrapassámos a meia hora destinada à intervenção do público, vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta e depois encerrar a sessão. Sr. Presidente, tem algumas questões colocadas pelas pessoas, dou-lhe a palavra. -----



- **Sr. Presidente da Junta:** Havia um projeto inicial na Casa da Praça, num investimento de seiscentos mil euros, não eram trezentos. Transformava a Casa da Praça na nova Junta, sala e museu, etc., com todas as infraestruturas necessárias e com a manutenção do espaço comercial, como está. Estavam ainda previstos mais seiscentos mil euros para a criação de um edifício nas traseiras, para a construção do novo posto médico. A Freguesia de Maiorca, no início deste mandato, tinha previsto um investimento de um milhão e duzentos mil euros. Como é público, a minha relação inicial com o Sr. Presidente da Câmara, não foi fácil, nunca o escondi, nunca. Fui criticado, condenado, provavelmente hoje somos os melhores amigos. Só não andamos de mão dada porque parece mal. O projeto da nova Junta existe porquê? Havia uma assunção da necessidade de um edifício que correspondesse às diversas necessidades. Por exemplo, não temos um espaço cidadão, porque não temos disponibilidade física para o mesmo. Felizmente, e bem, conseguimos manter o posto dos CTT, enquanto outras Freguesias vão perdendo horários. É intenção que neste novo edifício, possamos ampliar as funcionalidades, por exemplo com o espaço cidadão. As pessoas não têm bem a perceção do que é este espaço. Quanto à Casa da Praça, o Sr. Presidente da Câmara disse que não ia avançar com o projeto, porque o projeto não era dele. Passámos para o plano B, a Junta que se desenrasque com a Casa da Praça, vamos para o Palácio. A nova Junta iria nascer no Palácio Conselheiro Lopes Branco. Posteriormente, o Sr. Presidente disse que seria um investimento de dois milhões de euros, dinheiro que não temos. Tenho que lembrar uma frase que alguém aqui disse; se este edifício não fosse requalificado iria ficar tal como está. A suposta nova Junta iria existir, nunca. Aqui, temos presencialidade, das nove até às dezassete, se formos para um novo edifício poderemos abrir mais cedo e iremos fechar mais tarde. O espaço presente, é curto, não funciona, já lá vai o tempo. Dei o exemplo, porque ouvi o Sr. Deputado falar de Braga, para aí umas dez vezes. Por este País fora, não há Freguesia nenhuma que não tenha uma Junta digna, não há. Obviamente, não dizendo que a nossa não é. Se este investimento não fosse feito, este dinheiro não vinha para Maiorca. Neste momento o asfalto aplicado, é o de dois mil e vinte e dois. Até à data, o planeado de dois mil e vinte e três, é zero. O pedido para dois mil e vinte e quatro, zero. No orçamento para dois mil e vinte e cinco, vamos pedir pavimentação de novas ruas, para nada, pois dos anos anteriores, nada foi feito. Se o Sr. Presidente me dissesse, não vamos gastar dinheiro na nova sede, mas vamos pavimentar a Freguesia toda, assinava já, assinava já. Isso não acontece porque, o Presidente quer deixar obra, mas nós queremos deixar, funcionalidade. Se estivéssemos a criar um elefante branco, também seria contra. Tinha muito gosto em ter a Junta na Casa da Praça, ou no Palácio. Provavelmente faria mais sentido. Falamos de um edifício degradado, no qual instalar um sistema avac, um sistema de segurança e acessibilidades, se torna tão dispendioso como a recuperação do próprio edifício. Se o dinheiro não fosse para isto, não vinha. Não nos podemos queixar, vamos lançar um concurso de cento e noventa e nove euros mais iva para o piso sintético. Neste caso, o Município, já lançou o concurso. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Já lançou o concurso, não. Já fez a adjudicação. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Só vi, lançamento do concurso. É a informação que tenho. Se está adjudicado, tanto melhor. Então esses duzentos mil euros, ninguém fala? Voltamos ao mesmo. Esse dinheiro é bem aplicado? Pode ser para uns, mas pode não ser para outros. Todo o investimento feito para o desporto, para a juventude, para angariar habitantes, para dar qualidade de vida à Freguesia, para mim são todos bem-vindos. Por isso é que fomos eleitos, eleitos para o poder decisivo. Reduzido, mas com algum. E quem está cá para nos julgar, é o futuro, o dia de amanhã, independentemente de eu ser ou não candidato do que quer que seja. Futuro, estamos a trabalhar para o futuro. Estamos a trabalhar para ter uma Maiorca interessante, estruturante. Não vou mentir, não conheço o projeto integral da Casa da Praça. Sei que o edifício existente, não muda nada, zero. Claro que os edifícios a construir nas traseiras, não vão ser edifícios com telhados de barro. Todos têm a plena noção de como é a construção de habitações a custos acessíveis. Todos sabem que este tipo de construção obriga a determinado tipo de construção, de determinados materiais, obedecendo sempre a regras. Se vai haver estacionamento para todos, possivelmente, não. O estacionamento não é um problema só de Maiorca, é um problema mundial. Temos famílias com quatro carros, como é que pode haver lugar para tanta gente? Alguém comprou uma casa, junto ao Palácio que, atravessa o carro, a moto, a scooter. É uma total falta de respeito pela população. Comprou a casa, não comprou o espaço público. -----



A7

- **Sr. Deputado FAP, Carlos Costa:** Já avisaram? -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Já avisámos. Solicitei para que fosse pintado o chão com os lugares de estacionamento. Até à data, não foi, porquê? Não entendo. Posso pegar nas palavras do Sr. Deputado César, não há nada a esconder. O espaço que hoje ocupamos, não é nosso. Parte dele, é nosso. O restante é privado. Nós, executivo, já sabemos o que vamos propor no futuro. Não há indemnizações rigorosamente nenhuma. Mas, pode haver negociação. Fomos eleitos para trabalhar com quem cá está. Referem, temos uma zona verde atrás do Palácio, lamento, aquilo é tudo menos zona verde. Há erva e algumas árvores. Não há jardim, não há nenhum espaço digno, que dá perfeitamente para fazer uns quantos estacionamentos. Aquela área é do Município, não vai ser a Junta a solicitar o asfaltamento para fazer estacionamentos. Contudo, se pudesse, fazia-o. O Sr. Presidente já me disse que a requalificação de Maiorca implicava quase todo o orçamento do Município. O que temos em frente ao Paço, não é nada. Esteticamente, temos beleza? Não, não temos. A solução que temos de encontrar, é a que possa servir o aglomerado populacional, os residentes e os visitantes. Quando o Sr. Deputado perguntava o que é que as pessoas veem ver a Maiorca, pergunto, o que é que as pessoas vão ver à Figueira. Às dez da noite, não há viva alma nas ruas da Figueira. No Verão, há, no restante, zero, a não ser no casino. Podíamos abrir um casino em Maiorca, seria interessante. Mesmo desconhecendo o projeto na íntegra, mostraram-me um esboço. Fiquei satisfeito, não, não fiquei. O que mais temos nesta Freguesia, são aberrações arquitetónicas. Temos casas que, se pudesse, atirava-as abaixo. Neste momento na Freguesia, por muito que se queira ter a traça original, só este prédio e o Palácio o têm. Na nova Junta vamos ter portas e janelas em madeira. A empresa que está a construir, enviou o projeto da nova Junta, e que se podem fazer mais adaptações. Relativamente ao Paço, as decisões que foram tomadas anteriormente pelo PS, partido que me elegeu, não me custa dizer, parecem-me que não foram as melhores. Sou de Maiorca, gosto do Palácio, gostava do Paço como ele era. O que temos ali foi uma adaptação, nada especial e o Sr. Presidente da Câmara não sabe o que fazer. Estive a visitar o edifício central de alto a baixo, para ver como estava e doeu-me na alma. O que foi feito, não funciona. Foi idealizado num formato nada funcional. Para a Casa da Praça, o que temos hoje, obriga a funcionalidade, a acessibilidade. Quem quer que cá esteja vai arranjar soluções. Se a Junta precisa de um novo espaço? sim precisa. -----

Asfalto, estão todos atrasadíssimos. Também não concordo e já o disse mais que uma vez, que se coloque camadas de alcatrão em cima de alcatrão. Retirar, aprofundar, novas canalizações, isso custa milhões. Milhões que o Município não tem. Fala-se em passeios, mas nesta rua, só vejo gente pelo meio da estrada, apesar de termos passeios dos dois lados. Caem em buracos na estrada e vêm pedir satisfações à Junta por terem caído. -----

Centro histórico. O projeto do novo edifício, a implantar na Casa da Praça, não vai ser a torre Eiffel. Saiu hoje no jornal o aviso de abertura do concurso para um prazo de trinta dias, estabelecendo um valor proposto de dois milhões e oitocentos quarenta mil e quatro centos e cinquenta e quatro ponto setenta e dois euros mais iva. Penela, lança concurso para construção de dezoito casas a custos acessíveis. Tenho a noção que num Município destes, altamente histórico, se calhar vão construir edifícios que vão fugir um bocadinho ao histórico. Penela, o Município viu-se, desejou-se e sente-se bem. Em Maiorca criámos um paradigma. Não somos mais que os outros, somos uma Freguesia, nem sequer somos Município. Temos um orçamento baixo, temos uns rendimentos que não nos permitem investir em quase nada que, não seja manter o que já existe. Gastámos doze mil euros numa obra na piscina, que muitos poderão não entender. Agora, como estava, estava mal. Agora, fantástico. Tudo o que sejam passeios e pisos, não são da responsabilidade da Junta. Identificamos, pedimos, solicitamos. Tenho que me dirigir à Sr^a Professora, já falámos disso, quantas vezes é que disse que queremos fechar a valeta com manilhas e tapar isto. Quantas vezes? -----

- **Sr^a Professora Isabel:** Sempre ouvi dizer que quem enguias, vai todos os dias. O Sr. Ligeiro esteve aqui anos. Gastou as escadas. Ficaram gastas com os passos dele. Só há que insistir. Hoje, amanhã, outro dia, sempre. Parece-me que isso também faz falta. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Só para pedir uma informação. Penela, a intervenção situa-se num território, IHRU, cujo topografia é marcada por pendentes bastante acentuadas, situando-se nos



limites da Vila, numa zona de transição, apresentado traços característicos da periferia urbana. Maiorca é grande, que eu saiba. Não é só o centro histórico. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Sr. Deputado, dentro do centro histórico havia espaço para construir, aonde? Conheço Penela, não dá para construir nada lá dentro. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Antes de encerrar a sessão, as alíneas b e c do ponto 4, são necessárias serem aprovadas em minuta. Colocadas a votação, foram aprovadas em minuta, por unanimidade. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Temos aqui uma situação que é uma demissão da função de Deputado da Assembleia de Freguesia do Sr. Carlos Costa, que pode ser lida. -----

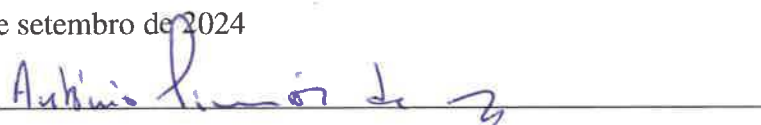
- **Sr. Presidente da AF:** A carta de demissão dirigida ao Presidente da Assembleia de Freguesia diz o seguinte: “Venho por esta via apresentar a minha demissão das funções de Deputado na Assembleia de Freguesia de Maiorca. A minha demissão é motivada por limitações pessoais que me impedem de exercer o cargo, com o rigor e a dedicação que este exige e merece. Foi um enorme prazer e experiência trabalhar com todos vós. Agradeço em especial todo o apoio ao longo do mandato dado pelas colaboradoras e colaboradores da Junta de Freguesia e que foram sempre prestáveis e competentes na realização de tarefas solicitadas. Maiorca, 27 de setembro de 2024. Carlos José Fernandes Costa. -----

Na próxima Assembleia, será chamado o próximo elemento da lista FAP. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu por terminada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----

Maiorca, 27 de setembro de 2024

O Presidente:



O 1º Secretário:





Freguesia de Maiorca

CONTRIBUINTE Nº 507 659 724

- Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Maiorca;
- Exmos. Srs. Deputados da Assembleia de Freguesia de Maiorca:

Assunto: Informação à Assembleia de Freguesia de Maiorca do Sr. Presidente da JF de Maiorca sobre atividades desenvolvidas no terceiro trimestre de 2024.

1. Apoios concedidos:

- 20 a 25 julho, apoio logístico, material e outros ao evento FESTIMAIORCA, (vestuário, brindes, limpeza de espaços e cedência de veículo) com um valor de 514,98 €.
- Cedência dos Veículos Ligeiros da JFM a diversas associações e instituições que os solicitaram, de acordo com o Regulamento em vigor.
- Oferta ao Centro Social São Salvador, de tinta para construção civil, a utilizar na pintura exterior da sede, efetuada pelos próprios, com um custo de 0,00 €, visto que o material em causa nos foi ofertado pelo Município.
- 13 a 15 de setembro, apoio logístico, material e outros à Comissão de Festas da Sra. Da Piedade, em Anta, com um valor de 353,44 €.

AF

2. Reuniões oficiais:

- 07 de agosto, reunião com Sra. Vereadora Olga Brás, sob o tema “Casa da Praça”.
- 07 e 16 de agosto, reuniões com Cegonha Generosa Unipessoal Lda.
- 26 de agosto, na sede do Município, com o Sr. Presidente da CMFF, Dr. Santana Lopes, sob o tema “Casa da Praça”.
- 3 de setembro, reunião com Sra. Vereadora Olga Brás, sob o tema “Casa da Praça”.
- 10 de setembro, reunião com CRAS – Folk na Boiça, visando apoio ao referido evento.
- 16 de setembro, reunião com direção do GDM, visando atribuir apoio logístico e outros.

3. Participações em comemorações e eventos oficiais:

- 06 de julho, Sardinhada promovida pelo Centro Social S. Salvador, com a presença do Presidente e Secretária do executivo da JFM.
- 20 a 25 de julho, FESTIMAIORCA, estando presentes os 3 elementos do executivo nos diversos eventos.
- 10 de agosto, Festival Folclore do Rancho Folclórico de Maiorca, com a presença da Secretária do executivo da JFM.
- 18 de agosto, Aniversário GDM, com a presença da Secretária do executivo da JFM.

- 15 de setembro, presença nas Festas da Sra. Da Piedade, da Secretária do executivo da JFM.

4. Eventos e ações promovidas pela JFM:

- Dia 31 de julho, realização de "Passeio da Liberdade" em autocarro cedido pelo Município, com 53 participantes, e um apoio desta JF no valor de 893,00 €.

- Dia 01 de setembro, realização do 3º Passeio de Tratores de Maiorca, em conjunto com a empresa Trevos & Castelos Lda. e vários agricultores de Maiorca, com um apoio logístico, material e outro de 862,75 €.

- Abertura da Piscina Municipal de Maiorca, dia 02 de julho, mantendo-se aberta até dia 11 de setembro, com interrupções pontuais para efeitos de manutenção e descanso do nadador-salvador.

Decorreram aulas de natação na Piscina de Maiorca duas manhãs por semana, durante os meses de julho e agosto, com um total de 20 crianças inscritas.

No dia 12 de agosto, em colaboração com o nosso governo, comemoramos o Dia Internacional da Juventude, não havendo bilheteira da Piscina nesse dia.

A Piscina de Maiorca obteve um valor de bilheteira de 3.867,50 €, proporcionando a venda de produtos no valor de 6.413,55 €, com uma receita total de 10.281,05 €.

Assim, em registo informativo, a Piscina Municipal de Maiorca contou com 2578 entradas pagas ao longo dos 67 dias de funcionamento, com um valor médio de 38 visitantes pagos por dia.

A salientar que todos os dias, as crianças inscritas no ATL de Verão, usufruem gratuitamente da Piscina Municipal de Maiorca, da mesma forma que têm acesso gratuito todos os utentes da Comunidade Terapêutica dos Casais, que apoiam na limpeza das feiras mensais.

Este ano também todas as crianças inscritas no JI e EB1 de Maiorca, no ano escolar 2023/24 tiveram também acesso gratuito.

As despesas de manutenção, aquisição de serviços, água, eletricidade e do protocolo com o NJ UFM tiveram a despesa de 6.466,81 €. As despesas de bar, alimentação e outras, perfazem a despesa total de 3.756,38 €.

A Piscina Municipal de Maiorca auferiu anualmente do protocolo municipal do valor de 8.000,00 €, obtendo-se no total contabilístico entre as despesas e receitas totais, um valor líquido positivo de 8.057,86 €.

5. Obras e investimentos desenvolvidos:

- Desenvolveu este executivo uma obra de requalificação do espaço interior e exterior da Piscina de Maiorca, com contratação de serviços no valor de 12.261,38 €.

Foram ainda adquiridos equipamentos e acessórios no valor de 1.828,64 €.

Estes investimentos, perfazem um resultado líquido negativo da rubrica "Piscina" em - 6.032,16 €.

- Dia 3 de setembro, início da obra de colocação de passeio em pedra, na EN111 – Rua Dr. Uriel Salvador, desde a Padaria Amizade até ao Cemitério de Maiorca, não se encontrando ainda concluída. O material utilizado na obra em causa (cimento, pedra e areia) foi na sua maioria oferecido pelo Município.

6. Serviços e informações excepcionais:

- Continua o pessoal administrativo da JF de Maiorca a prestar o serviço constante de pedidos de receituário.

- Prestam igualmente os serviços da JF de Maiorca, o registo documental do "Vale Eficiência 2024", onde apenas 5 freguesias se disponibilizaram a fazer este serviço gratuito, onde se inclui a nossa.

- Decorreu na sede da JF, ação de formação "Manobrador de Máquinas", com duração de 16 horas.

- Decorreu na sede da JF, ação do BUPI no dia 26 julho.

- Reparação de diversas anomalias existentes no campo de futebol sintético, por empresa contratada pelo Município.

- Introdução de sistema de abertura automática no portão do JI, colocação de aquecedores no corredor do JI, ambos suportados pelo Município.

- Dia 2 de setembro, Abertura de Concurso Municipal para Beneficiação e Instalação de Piso de Relva Sintética no Campo Desportivo de Maiorca, com o valor base de 199.978,12 € + Iva.

- Continua esta JF a proporcionar impressões e fotocópias gratuitas (incluindo o papel) a todas as Associações, Instituições e Escolas, desde que solicitadas.

- Aluguer de veículo ligeiro, nos dias 01 a 12 de julho, com um valor de receita de 248,75 €.

7. Limpezas e ações de exterior:

- Foram alvo de intervenções de limpeza e manutenção, as localidades de Santo Amaro da Boiça, Maiorca, Anta, Cruzes, Serra de Castros, Sanfins, Casal Benzedor e Serra de São Bento, bem como outros espaços públicos designados no acordo de delegações de competências.

- Limpeza dos passeios juntos ao edifício da “Casa do Povo de Maiorca”.

- Limpeza dos recintos escolares (EB1 e JI) com intervenções e reparações nas áreas interiores e exteriores.

- Brigada Municipal não veio neste trimestre, havendo apenas intervenção da equipa de tratores corta-sebes contratados pelo Município durante 8 dias úteis.

- Reparação de diversos buracos na via pública, EN111, Serra de Castros e Anta, com baldes de alcatrão fornecidos pelo Município.

8. Considerações do Executivo:

- Salaria o executivo atual da JF de Maiorca, o trabalho excepcional de todos os funcionários desta JF, que demonstram na sua grande maioria, um empenho, esforço, sacrifício pessoal e familiar, em prol do correto funcionamento dos nossos serviços.

- Em considerações financeiras, informamos que possui esta freguesia um valor de dívidas com prazo de vencimento inferior a 25 dias de **9.195,90 €**, onde obviamente se excluem as despesas correntes e empréstimos bancários.

À data dia 19 de setembro de 2024, excluindo-se a liquidação dos salários do corrente mês, possui esta JF o valor em caixa de **20.930,58 €**.

- Aguarda votação em reunião de câmara do apoio à pavimentação da Rua Rigueira da Vale, no valor de **17.439,12 €**.

- Dia 16 de setembro, início das obras de requalificação do edifício “Lagar”, sito na Rua do Palácio, com a presença dos membros da empresa adjudicada “INOBUILD”, do Sr. Vereador Ricardo Silva e demais funcionários municipais, tendo esta obra o valor base de 239.916,75 € + Iva. Este edifício passará a ser a nova sede da Junta de Freguesia de Maiorca.

Maiorca, 19 de setembro de 2024

O Presidente da Junta Freguesia de Maiorca



Rui Pedro Pinto Ferreira

Rua das Mercês, nº 1 | 3090 – 476 MAIORCA | Tel. 233 930 197
E-mail: geral@freguesiademaiorca.pt